

Commodities Agrícolas e Florestais

De Vetores do Desmatamento a Campeões da Sustentabilidade

Setembro 2014



the
katoomba
group

Sobre a Forest Trends e o Grupo Katoomba

A **Forest Trends** é uma organização internacional sem fins lucrativos cuja missão é manter, restaurar e aumentar as áreas florestais e seus ecossistemas naturais responsáveis por processos de manutenção vital, promovendo incentivos diversos a partir de uma ampla gama de serviços e produtos de ecossistemas.

A Forest Trends se dedica a analisar questões relacionadas com mercados estratégicos e políticas, catalisar conexões entre produtores, comunidades e investidores e desenvolver novas ferramentas financeiras para auxiliar os mercados a promover a conservação e valorizar o ser humano.

www.forest-trends.org

O **Katoomba Group** busca fomentar o debate sobre os principais desafios do desenvolvimento de novos mercados para serviços de ecossistemas como legislação adequada, criação de novas instituições de mercado e estratégias de preço e marketing, além do monitoramento de desempenho. O grupo procura cumprir essa meta através de parcerias estratégicas para elaborar análises, compartilhar informações, investir, oferecer serviços mercadológicos e promover políticas adequadas. O Katoomba Group inclui mais de 180 especialistas e profissionais do mundo inteiro, representando uma vasta e diversificada experiência em finanças empresariais, elaboração de políticas, pesquisa e sensibilização pública.

www.katoombagroup.org

Commodities Agrícolas e Florestais

De Vetores do Desmatamento a Campeões da Sustentabilidade

Setembro 2014

Autor: Sarah Lowery

Colaboradores: Michael Jenkins, Rupert Edwards, David Tepper, e Jennifer Baldwin

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a Fundação Gordon and Betty Moore por seu generoso patrocínio ao *Katoomba XIX – Escalonando Cadeias Sustentáveis de Abastecimento*, incluindo apoio e diversas contribuições de Vecita Chicchon, Heather Wright, Leonardo Fleck e Mark Reeve.

Agradecemos nossos parceiros – Agrottools, Grupo de Trabalho sobre Pecuária Sustentável (GTPS), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Earth Innovation Institute (EII), Fundo Vale, Proforest, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, Solidaridad, The Nature Conservancy (TNC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – por suas contribuições (financeiras ou de outra natureza) que fizeram do *Katoomba Iguazu* um sucesso. Em particular, agradecemos à Sheila Guebara e Eduardo Brito Bastos (GTPS); Andrea Azevedo e Paulo Moutinho (IPAM); Dan Nepstad (EII); Ruth Nussbaum (Proforest); Jeroen Douglas e Roberto Codas (Solidaridad); David Cleary, Erin Myers Madeira e Greg Fishbein (TNC); Natalie Walker e Barbara Bramble (National Wildlife Federation).

Somos muito gratos a todos os nossos moderadores e panelistas; sua expertise e contribuições foram de valor inestimável para uma discussão ativa e produtiva. Também gostaríamos de agradecer aos seguintes indivíduos, por suas revisões e comentários neste documento: Luiz Fernando do Amaral (Rabobank Brasil); Christopher Wells (Santander); Ruth Nussbaum (Proforest); Dan Nepstad (EII); Heather Wright e Vecita Chicchon (Fundação Moore); e Jonathan Foley (Universidade de Minnesota).

(A participação ou citação dos indivíduos acima não implica em qualquer endosso ou aceitação de quaisquer ou todas as oportunidades apresentadas neste documento).

Finalmente, agradecemos a Jennifer Baldwin, Suzy Dobbertin e Gretha Suarez (Forest Trends) por seus incansáveis esforços logísticos. Agradecemos a Jennifer Rea (Fundação Moore) e Sophia Watkins (Universidade de Harvard) por tomar notas durante o evento e estamos muito gratos ao time de comunicação do Forest Trends, por tornar este relatório visualmente atrativo e facilmente acessível a diversos públicos. Por último, agradecemos a Mariana Pavan por sua tradução do documento em Inglês para o Português.

Agradecimentos Especiais ao Nosso Doador!

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

Esforços Antecipados para Introdução da Sustentabilidade nas Cadeias de Abastecimento

Grandes empresas voltadas aos consumidores, tais como aquelas no Conselho de Diretores do Fórum de Bens de Consumo, se comprometeram a alcançar desmatamento líquido zero até 2020. Empresas individuais, tais como Unilever e Nestlé, tem metas ambiciosas em relação à aquisição de matéria prima livre de desmatamento. O McDonald's anunciou, em janeiro de 2014, que irá começar a comprar carne bovina sustentável e verificada em 2016. Esforços complementares dos produtores agrícolas e processadores irão também buscar reduzir o desmatamento nas cadeias de abastecimento. No Brasil, os quatro maiores frigoríficos se comprometeram com desmatamento zero em suas cadeias de abastecimento em 2009 e produtores de soja implementaram uma moratória em 2006, sobre o aumento da produção de soja via expansão da cultura na floresta Amazônica.

Organizações Ambientalistas Não Governamentais (ONGs) tais como o Greenpeace, tem focado os holofotes globais sobre as empresas (e seus fornecedores) que destroem habitats de fauna silvestre e a biodiversidade. Diversas ONGs também trabalharam diretamente com os produtores para apoiá-los na mudança de práticas, de forma a aumentar a produção e reduzir o impacto ambiental. Mesas Redondas nacionais estão bastante engajadas junto aos produtores e outros atores da cadeia de abastecimento; por exemplo, o Grupo de Trabalho sobre Pecuária Sustentável (GTPS) está trabalhando com diversos parceiros em ações piloto de pecuária sustentável em cinco estados brasileiros. Mesas Redondas de commodities, com diversos stakeholders, relacionadas a soja, açúcar e óleo de palma, tem criado padrões internacionais de certificação para desempenho social e ambiental de suas cadeias de abastecimento, incluindo datas para eliminação do desmatamento. O apoio governamental via políticas públicas, monitoramento do desmatamento, programas inovadores de transferência de impostos (ex. o Programa Municípios Verdes, no Pará), aumento de áreas protegidas, etc., tem sido também um importante componente no avanço dos esforços das cadeias sustentáveis de abastecimento.



Porém, muito ainda precisa ser feito, incluindo a coordenação – e expansão – destes esforços. Assim, importantes stakeholders se reuniram em Foz do Iguaçu, Brasil, para o *Katoomba XIX – Escalonando Cadeias Sustentáveis de Abastecimento* (março, 2014) com a ambiciosa meta de identificar maneiras de produzir mais alimentos, combustíveis e fibras, enquanto também reduzem emissões e o desmatamento oriundos da expansão agrícola. Participaram mais de 200 representantes das indústrias de soja e pecuária, instituições financeiras, agências governamentais, especialistas em desmatamento e organizações da sociedade civil (veja no Apêndice a lista de organizações participantes e a [agenda](#) do evento do site do Forest Trends).

Durante três dias bastante intensos no *Katoomba Iguaçu*, houve uma energia muito positiva, participação ativa e, em alguns momentos, surpreendentes consensos entre diversas partes tais como Greenpeace e Monsanto, pequenos produtores e McDonalds, e produtores e o Santander. Os stakeholders do Katoomba Iguaçu identificaram diversas oportunidades viáveis e caminhos através dos quais é possível escalonar as cadeias sustentáveis de abastecimento:

- 1. Uma abordagem territorial** para definir e mensurar marcos ambientais e sociais de desempenho – tais como metas de desmatamento nacionais e estaduais – junto com aumento da produtividade agrícola, que pode diminuir os custos transacionais de certificação de fazenda a fazenda, dar aos compradores de commodities meios de comprar quantidades muito maiores de bens sustentáveis e – muito importante – criar mais incentivos positivos à sustentabilidade;
- 2. Financiamento público-privado integrado** que pode reduzir os riscos para o setor privado (ex. produtores, processadores e outros atores da cadeia de abastecimento e instituições financeiras comerciais) investir em agricultura sustentável, fornecer incentivos e/ou prêmios por sustentabilidade (ex. em países e estados com alto desempenho) e alavancar financiamento climático;
- 3. Uma abordagem “de baixo para cima” para as cadeias sustentáveis de abastecimento global** que incluam: (a) Criação de uma visão de paisagem, multinacional, sobre a sustentabilidade e o desmatamento que permitam aos stakeholders compreender melhor os vazamentos do desmatamento entre países e desenvolver soluções locais, e (b) Identificação e efetivo engajamento dos principais mercados, tais como China e Índia – incluindo governos e consumidores – que podem ter um enorme papel na busca pela sustentabilidade.

Nosso Foco na Sustentabilidade – Montando a Cena

Com uma população crescente e mais rica e a previsão de atingir mais de 9 bilhões até 2050, espera-se que as demandas globais por alimento sejam dobradas (a menos que haja mudanças dramáticas no crescimento da população e alteração da dieta perante este aumento da riqueza)¹. Suprir estas crescentes demandas, caso elas ocorram, será um tremendo problema para o meio ambiente global. A agricultura já ocupa 40% das terras existentes, representa de 70 a 80% da água doce consumida e emite duas vezes mais gases de efeito estufa (GEE) do que qualquer outro setor econômico. As áreas agricultáveis se expandiram substancialmente – especialmente sobre as áreas de floresta tropical – nos últimos 40 anos e irá continuar a fazê-lo, a menos que algo seja feito para evitar isso. Por exemplo, prevê-se que a quantidade de terras dedicadas à soja na Argentina aumente em 1 milhão de hectares até 2020, primariamente sobre o Gran Chaco (Sebastian Senesi, Universidade de Buenos Aires; ver Box 1).

Nosso sistema agrícola global deve romper com o caminho da anterior “Revolução Verde” e aprender a fornecer mais nutrição nas terras existentes com menos química, menos energia e menos água, para suprir

¹ A menos que se destaque de outra maneira, Jonathan Foley (Universidade de Minnesota) apresentou a informação destes dois primeiros parágrafos desta seção (Nosso Foco na Sustentabilidade – Montando a Cena) durante seu discurso de abertura no *Katoomba Iguaçu*.

nossas necessidades. Por exemplo, podemos olhar para países como Israel, que é muito mais eficiente em termos de uso de água do que a média global, pois utiliza tecnologia de irrigação por gotejamento. Também precisamos repensar o melhor uso das áreas agricultáveis, visto que aproximadamente 45% dos produtos agrícolas não são utilizados para alimentar pessoas, mas sim para alimentar animais ou produzir biocombustíveis. Ainda, devemos também reduzir o desperdício (30 a 50% de toda a comida produzida é desperdiçada) de maneira a fornecer mais dos alimentos que já são produzidos às pessoas que os necessitam. Com melhores práticas agrícolas, maneiras mais eficientes de usar os recursos do solo/água/energia e melhor dieta e hábitos, podemos alimentar o mundo sem sobrecarregar o meio ambiente.

Box 1. O Gran Chaco

O Gran Chaco é uma vasta planície que se estende pelo norte da Argentina, sudeste da Bolívia, noroeste do Paraguai e uma porção dos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esta pradaria arborizada, de 850 mil km², é a segunda maior eco-região da América do Sul (depois da Amazônia).

Fonte: Riveros, Fernando. "The Gran Chaco". Um boletim da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Acessado em 22 de abril, 2014. <http://www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/Bulletin/Granchaco.htm>

As cadeias globais de abastecimento de commodities, tais como carne bovina, soja, óleo de palma e papel e celulose, são peças fundamentais deste quebra-cabeça, é claro. Estas cadeias de abastecimento tem alguns incentivos para produzir de forma sustentável (ex. reduzir o risco sobre sua reputação, aumentar a segurança no abastecimento, etc.) porém, estes não suficientes para catalisar, de forma rápida, as transformações necessárias na cadeia de abastecimento de larga escala, para conservar os recursos e aumentar a produção (especialmente em face aos ganhos econômicos e financeiros de curto prazo em desmatar florestas e outros ecossistemas para produção agrícola). (Veja o Box 2 sobre a definição de agricultura sustentável).

Fornecedores, processadores e outros atores presentes no *Katoomba Iguazu* enfatizaram a necessidade de incentivos positivos – especialmente para complementar medidas punitivas existentes – para tornar a produção sustentável competitiva e comercialmente viável. Por exemplo, produtores – de companhias comerciais até comunidades tradicionais e produtores de pequena escala – que estão fazendo grandes avanços em direção à sustentabilidade, estão frustrados com a falta de incentivos (ex. incentivos fiscais, redução da burocracia e custos para acessar financiamentos, financiamentos mais baratos, garantia de compra, preços-prêmio) ou demanda substancial por seus produtos.

Estão também desencorajadas pelo fato de que várias leis ambientais, que poderiam recompensá-los pela redução do desmatamento (ex. Código Florestal na Amazônia Brasileira, que exige 80% da área com florestas preservadas; a lei paraguaia que requer a conservação de 25% de todas as terras como florestas; etc.) raramente são aplicadas, o que os coloca em desvantagem, em comparação com seus vizinhos que estão desmatando. Ainda, a falha dos compradores e empresas, que estão mais à frente na cadeia de abastecimento, em excluir produtos não sustentáveis de sua base de abastecimento – e assim, mantêm um mercado para os produtores não sustentáveis – da mesma forma prejudica os produtores sustentáveis e defende os já poderosos incentivos financeiros à conversão de florestas e outros ecossistemas para agricultura.

O setor privado, por si só, não irá alcançar cadeias sustentáveis de abastecimento na velocidade ou escala necessária para conservar nosso capital natural e satisfazer os desejos de nossa população crescente. Apoio governamental via fortalecimento ambiental, incentivos positivos e redução de riscos para empresas privadas é fundamental. A sociedade civil também está bem posicionada para trabalhar tanto com atores públicos quanto privados, para testar modelos e pilotos viáveis de agricultura sustentável, incentivos e sanções efetivas, mecanismos financeiros, etc.

As seguintes oportunidades, identificadas pelos stakeholders durante o *Katoomba Iguazu*, incluem estes parceiros vitais.

Box 2. Agricultura Sustentável

As discussões do *Katoomba Iguazu* não procuraram definir agricultura sustentável. Houve algumas discussões a respeito dos termos – e viabilidade – em se atingir desmatamento zero ou cadeias de abastecimento de desmatamento líquido zero, mas não se chegou à nenhuma conclusão. Para uma discussão interessante sobre definições (ex. zero desmatamento versus zero desmatamento líquido), veja o artigo de Sandra Brown e Dan Zarin, publicado na *Science* em novembro de 2013: “What Does Zero Deforestation Mean?”

Para os propósitos deste documento, definimos agricultura sustentável de forma a incluir:

- a) Uma redução substancial no desmatamento ou conversão de ecossistemas (no caso de pradarias) causados pela expansão da agricultura (talvez atingindo um percentual de redução de 95% ao longo dos anos – ex. baixo desmatamento/conversão de ecossistemas); e
- b) Melhores práticas agrícolas que incluam “produção, fortalecimento da resiliência de produtores, redução das emissões de gases de efeito estufa e aumento do sequestro de carbono [e também] fortalecimento da segurança alimentar e entrega de benefícios ambientais”^a (*climate-smart*).

Assim, agricultura sustentável neste texto, significa baixo desmatamento/conversão de ecossistemas, agricultura climaticamente amigável (*climate smart*).

Também destacamos que padrões e critérios definidos por grupos de certificação, tais como as mesas redondas globais de commodities, incluem restrições ambientais sobre novos plantios em áreas desmatadas de floresta primária ou áreas de Alto Valor para a Conservação após 2005 (Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável), novos plantios em áreas de Alto Valor para a Conservação após 2008 (Bonsucro) e uma data para eliminar o desmatamento, em 2009 (Mesa Redonda sobre Soja Responsável), bem como a aplicação de melhores práticas agrícolas, sociais, financeiras, legais e critérios de transparência para certificação.^{b, c, d}

^a “Climate-Smart Agriculture: a Call to Action.” Brochure. World Bank. Acessado em 12 de dezembro, 2013. http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/CSA_Brochure_web_WB.pdf

^b *RSPO Principles and Criteria for Sustainable Palm Oil Production*, (revisado) Abril 2013. Acessado em 24 de janeiro, 2014. <http://www.rspo.org>

^c *RTRS Standard for Responsible Soy Production Version 2.0*. Acessado em 24 de janeiro, 2014. <http://www.responsiblesoy.org/index.php?lang=en>

^d *Bonsucro Production Standard Including Bonsucro EU Production Standard*. Versão 3.0, Março 2011. Acessado em 24 de janeiro, 2014. Acessado em 24 de fevereiro, 2014. <http://bonsucro.com/site/production-standard/>

1 Uma Abordagem Territorial Para Ganhar Escala

Vários projetos piloto e iniciativas em escala local encorajam a produção e processamento sustentável de commodities. Por exemplo, a The Nature Conservancy, Marfrig e Walmart estão trabalhando juntas em um projeto de cadeia sustentável de abastecimento de carne bovina em São Félix do Xingu (Pará, Brasil) que apoia a intensificação sustentável da produção pecuária e irá permitir o abastecimento transparente e responsável de carne bovina. Outro exemplo é a parceria entre o Rabobank e a Monsanto, que dá aos produtores acesso a financiamento e preços fixos para insumos, caso eles cumpram com os critérios de sustentabilidade do Rabobank. “Para ser bem sucedido, os pilotos costumam focar, em graus diferentes (dependendo das necessidades e capacidades locais), em fornecer assistência técnica relacionada à práticas/métodos sustentáveis, apoiar os atores a acessar financiamento e fortalecer as relações entre produtores, compradores e outros atores da cadeia de abastecimento” (Francisco Beduschi Neto, Instituto Centro de Vida; ver a Figura 1).

Para escalonar estes esforços de forma a atingir maiores níveis de sustentabilidade, de forma mais rápida e mais barata, Dan Nepstad (Earth Innovation Institute) introduziu uma abordagem de Sistema de Desempenho Territorial, que procura ligar três iniciativas relacionadas a atingir esta meta: cadeias sustentáveis de abastecimento, o progresso das jurisdições na Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+)², e políticas e programas domésticos relacionados a agricultura, uso do solo, meio ambiente, financiamento e outros.

Atualmente, os envolvidos nas cadeias de abastecimento – especialmente os produtores – encontram uma série de obstáculos para operar de forma sustentável. Primeiro, existe frequentemente uma série de pesadas regras burocráticas, apenas para operar. Segundo, existem múltiplas definições de sustentabilidade e diversas leis e regulamentações ambientais que os produtores devem cumprir (e estas definições podem estar em desacordo umas com as outras).

Terceiro, a maioria dos incentivos à sustentabilidade são punitivos, ao invés de recompensadores (ex. muitas sanções e poucos incentivos). Assim, apesar do receio sobre o cumprimento da lei, muitas vezes é mais barato continuar com a maneira mais comum (ou business-as-usual) – incluindo práticas desmatadoras.³

A abordagem de Sistema de Desempenho Territorial procura abordar estas barreiras e escalonar a sustentabilidade a partir da oferta de importantes métricas de desempenho no nível territorial (ex. taxa de desmatamento, relatórios de trabalho escravo e cumprimento com as leis ambientais) que seriam usados para:

1. Identificar jurisdições sustentáveis (e assim, grandes quantidades de commodities sustentáveis), e
2. Conectar estas jurisdições a benefícios tangíveis por seus progressos na sustentabilidade.

Por exemplo, instituições financeiras poderiam se beneficiar de menores custos de transação (ex. pois eles não teriam que revisar o componente sobre sustentabilidade em um pedido de empréstimo) e poderiam oferecer melhores termos de empréstimos e/ou menos burocracia aos fazendeiros deste território, durante o processo de empréstimo. Financiamentos públicos, em particular, poderiam ser desenhados para melhor servir a estes fazendeiros como recompensa por sua sustentabilidade. Também, compradores e/ou comerciantes de commodities se beneficiariam de ter todo um território sustentável do qual poderiam adquirir commodities para alcançar suas metas de desmatamento zero líquido, ou outras metas, e poderiam ter melhor acesso a seus mercados e/ou melhores preços para as commodities de tal jurisdição. A Figura 2 ilustra como três grupos de atores principais poderiam fornecer incentivos aos produtores em territórios que estão cumprindo suas metas de desmatamento e outros compromissos.

Ainda, a abordagem de Sistema de Desempenho Territorial, apresenta uma oportunidade para:

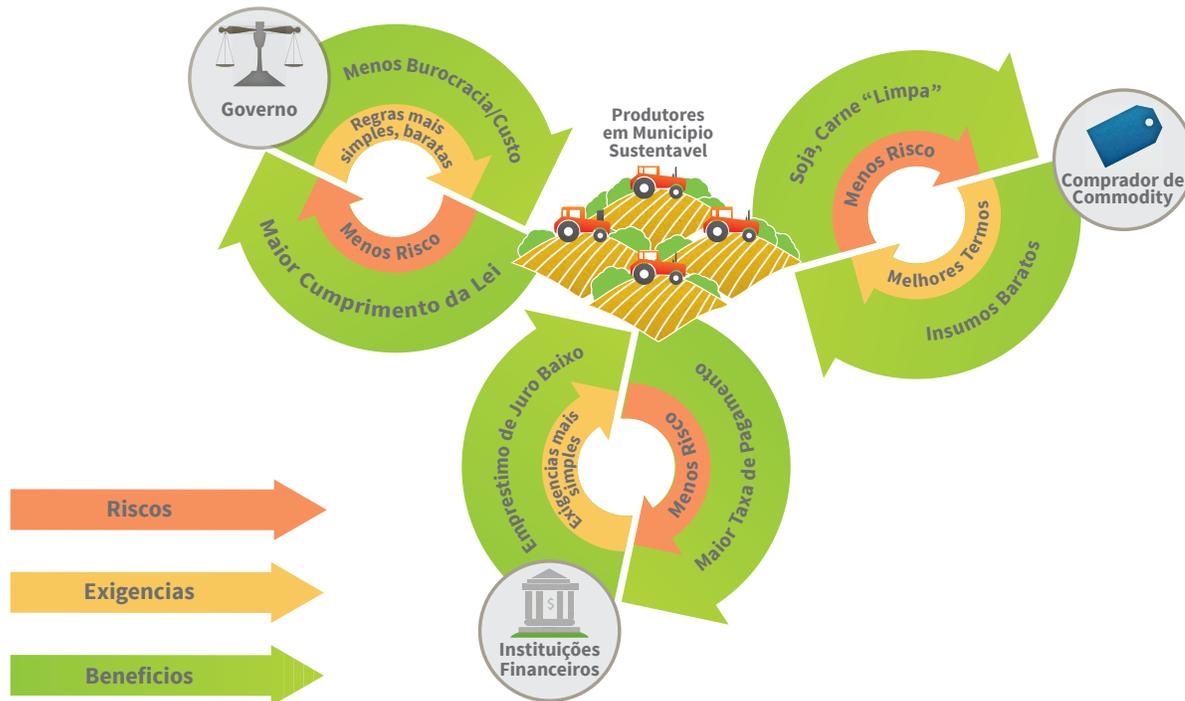
- Alcançar escala na sustentabilidade de forma mais barata e custo-efetiva do que a certificação no nível produtivo/fazendas, em muitos lugares (especialmente naqueles com forte governança jurisdicional);

Figura 1. Componentes-chave de apoio para fomentar cadeias sustentáveis de abastecimento



² O Programa UN-REDD afirma que, “REDD+ vai além do desmatamento e degradação e inclui o papel da conservação, manejo sustentável das florestas e aumento dos estoques de carbono.” Acessado em 24 de fevereiro, 2014. <http://www.un-redd.com/AboutREDD/tabid/582/Default.html>

³ Maiores informações sobre a abordagem de Sistema de Desempenho Territorial pode ser encontrada em: Nepstad, D., Irawan, S., Bezerra, T., W. Boyd... Tepper, D. and S. Lowery. “More food, more forests, fewer emissions, better livelihoods: linking REDD+, sustainable supply chains and domestic policy in Brazil, Indonesia and Colombia.” *Carbon Management 2*, Vol. 6 (2013): 639-658.

Figura 2. Maiores Incentivos para Fazendeiros na Abordagem Territorial⁴

- Usar linhas de base e sistemas de monitoramento, relatoria e verificação (MRV) jurisdicionais de REDD+ não apenas para atrair pagamentos por desempenho em REDD+, mas também para criar a certificação de commodities de baixo desmatamento;
- Fornecer uma(s) métrica(s) de desempenho para que instituições, bancos e o agronegócio possam utilizar, enquanto procuram gerir os riscos em seus portfólios e apoiar produtos financeiros e de crédito para atores da agricultura sustentável;
- Criar uma história de investimento positivo em regiões com alto desempenho, ao invés da atual abordagem de “gestão de risco”, que levou algumas empresas a não mais comprar de áreas com desmatamento – ex. a Amazônia; e
- Criar um arcabouço que possa ser utilizado por outras regiões, especialmente se a experiência e o progresso no Brasil (onde o momento é propício e os stakeholders estão alinhados sobre esta visão) possa ser capturado e utilizado para informar o desenvolvimento em outras regiões de abordagens similares.

Esta Abordagem Territorial ganhou força entre os participantes do *Katoomba Iguaçu*, que viram um grande potencial de fornecer os tão necessários incentivos e um caminho mais rápido para estas cadeias sustentáveis de abastecimento em maior escala.

2 Financiamento Público-Privado Integrado para Apoiar a Sustentabilidade

Atores ligados às cadeias de abastecimento e instituições financeiras estão se esforçando para definir como financiar uma transição às cadeias sustentáveis de abastecimento. Arquiteturas financeiras público-privadas podem ser uma solução.

⁴ Nepstad, D., McGrath, D., Stickler, C., Alencar, A., Azevedo, A. Swette, B., et al. “Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains.” *Science*, 6 June 2014: 344 (6188), 1118-1123.



Produtores, processadores e outros envolvidos nas cadeias de abastecimento enfrentam diversas barreiras financeiras para investirem em sustentabilidade. Primeiro, existem altos custos de oportunidade em manter as florestas em pé ou manter outros ecossistemas intactos (no entanto, estes custos provavelmente se reduziriam drasticamente caso as leis ambientais fossem cumpridas). Segundo, muitos atores – especialmente pequenos produtores e aqueles sem título da terra – muitas vezes enfrentam barreiras de financiamento genérico, comuns no setor agrícola (ex. dificuldade em acessar crédito, alto custo de capital, etc.). E terceiro, substanciais barreiras financeiras existem, relacionadas especificamente à produção sustentável, tais como custos antecipados e variáveis, riscos na produção, incerteza sobre os benefícios, etc.⁵ Tais barreiras de financiamento – junto a uma série de outros fatores, tais como grande foco nos ganhos financeiros no curto prazo – fortalecem a tendência de buscar aumentos na produção através da expansão sobre áreas florestais, ao invés de melhores práticas nas áreas agricultáveis já existentes (mesmo quando as práticas sustentáveis são economicamente atrativas).

Para apoiar as cadeias sustentáveis de abastecimento, é fundamental encontrar maneiras através das quais os produtores possam acessar recursos financeiros: a taxas razoáveis; visto que um cronograma de longo prazo é necessário para alcançar uma agricultura mais produtiva e sustentável; e uma relação dívida/capital apropriada, de forma a não sobrecarregar os produtores com dívidas que eles não serão capazes de cobrir caso uma seca ou um evento como El Niño subitamente reduza a produção. Um veículo promissor para fazê-lo é através dos atuais gastos governamentais com agricultura, que atualmente supera os US\$ 160 bilhões em 54 países de baixa e média renda.⁶ Se apenas uma parte destes gastos fossem realinhados para apoiar a produção sustentável (incluindo lidar com as questões de acesso ao capital e, pelo menos, alguns dos custos de oportunidade das florestas/ecossistemas) avanços muito maiores poderiam ser feitos em direção a cadeias sustentáveis de abastecimento.

⁵ Para uma discussão mais aprofundada destas barreiras, veja: Lowery, Sarah, David Tepper, and Rupert Edwards. *Bridging Financing Gaps for Low Emissions Rural Development through Integrated Finance Strategies*. Iniciativa de Co-Financiamento Público e Privado do Forest Trends. Washington, DC. Fevereiro 2014.

⁶ Ibid

Outros instrumentos de políticas públicas que podem fornecer apoio financeiro para a sustentabilidade aos atores das cadeias de abastecimento incluem mecanismos fiscais (ex. isenções), Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos e mecanismos regulatórios (ex. licenciamento simplificado) (Ronaldo Seroa da Motta, Universidade estadual do Rio de Janeiro).

Instituições Financeiras muitas vezes encaram como desafiador fazer empréstimos a fazendeiros, especialmente pequenos produtores, por razões que incluem a falta de: histórico de crédito, título da terra, garantias, habilidade de produzir análises econômicas ou financeiras que demonstrem a viabilidade financeira do empréstimo solicitado, habilidade de demonstrar o cumprimento da lei, etc. Adicionalmente, se o empréstimo solicitado é voltado a financiar uma nova técnica produtiva, os bancos podem achar ainda mais difícil oferecer o empréstimo. “Instrumentos financeiros inovadores, para novos investimentos sustentáveis em novas tecnologias, tendem a ser mais arriscados do que empréstimos tradicionais voltados à técnicas de produção agrícola já bem conhecidas” (Luiz Fernando do Amaral, Rabobank Brasil).

A sustentabilidade é, geralmente, um dos muitos critérios que determinam se bancos como o Santander e o Rabobank Brasil, por exemplo, oferecerão empréstimos – e quais serão as taxas destes empréstimos. Tais critérios incluem: custo de capitalização, histórico de crédito, risco de reputação, tipo de produto, prazo de carência, sustentabilidade, qualidade da gestão, condições de mercado, etc. Questões de sustentabilidade podem, às vezes, ser gargalos para os produtores por conta da dificuldade em reunir informações. Por exemplo, o time de risco ambiental do Santander gasta aproximadamente metade de seu tempo analisando firmas de agribusiness, ainda que estas firmas representem muito menos da metade de seu portfólio de empréstimos (Christopher Wells, Santander). Ainda, como a sustentabilidade é um dos muitos critérios que determinam as condições de empréstimo, é ainda mais difícil encontrar casos onde a empresa ou um produtor pode conseguir termos melhores exclusivamente por conta do bom desempenho em sustentabilidade.

Existem oportunidades para o financiamento público-privado reduzir os riscos para instituições financeiras privadas se envolver na agricultura, especialmente neste novo mundo da sustentabilidade. Por exemplo, garantias de governo ou de instituições financeiras de desenvolvimento (ex. o Banco Interamericano de Desenvolvimento; a Corporação Financeira Internacional; etc.) podem dar garantias aos bancos comerciais de que a maioria, ou todos, os empréstimos para agricultura sustentável serão pagos, aumentando a propensão dos bancos em emprestar a produtores ou processadores que estejam utilizando novas práticas de produção sustentável. Se a abordagem de Sistema de Desempenho Territorial é empregada (conforme explicada anteriormente), isto poderia ser utilizado para reduzir os custos de transação e gerar menos burocracia e/ou acesso facilitado a financiamento público – tal como o Programa brasileiro Agricultura de Baixo Carbono (ABC) – que poderia ser ainda mais atrativo aos produtores do que taxas de juros reduzidas.

Combater a não conformidade com regulamentações ambientais e de outras naturezas, em um nível mais amplo, poderia auxiliar os produtores a terem melhor acesso a financiamentos. Se toda a geografia (municipal, estadual, nacional) é vista como uma zona de sustentabilidade livre de risco, por todos os stakeholders, as instituições financeiras poderiam mais facilmente incluí-las em seus portfólios, adotando processos diligentes de sustentabilidade que sejam mais leves e reduzir a carga sobre os produtores individuais. “Menos tempo checando e provando a regularidade significaria mais tempo buscando inovações sustentáveis” (Luiz Fernando do Amaral, Rabobank Brasil).

Financiamento climático internacional e REDD+ podem também fornecer incentivos ou recompensas à contribuição da Amazônia aos serviços climáticos globais, incluindo modalidades via ‘pagamentos baseados em desempenho’ (ex. de fontes bilaterais e multilaterais, incluindo o Fundo Verde do Clima da ONU). A proteção de florestas e serviços ecosistêmicos deveria qualificar tanto para financiamento de mitigação quanto adaptação. E Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos – incluindo REDD+ mas também pagamentos por serviços hídricos, créditos de biodiversidade, etc. – são instrumentos que podem alterar decisões econômicas reais e garantir que o uso sustentável da terra (incluindo agricultura sustentável) se torne financeiramente viável aos donos de terras. Mauro Lúcio Costa, um fazendeiro da União de Produtores de Paragominas, coloca isto de forma simples, ‘Porque conservar as florestas se isso não é rentável? Precisamos de mecanismos que valorizem a floresta’.



3 Uma Abordagem “de Baixo para Cima” para as Cadeias Globais Sustentáveis de Abastecimento

O *Katoomba Iguazu* foi, deliberadamente, organizado na fronteira entre três gigantes dos setores da pecuária e soja – Brasil, Argentina e Paraguai – e muitas das discussões focaram na produção destes três países, especialmente o Brasil. Porém, os stakeholders também destacaram a importância crítica de olhar globalmente as oportunidades e barreiras que existem em alcançar um uso do solo sustentável em larga escala, tais como vazamentos de desmatamentos e mercados que ainda não começaram a demandar commodities sustentáveis.

Vazamento do desmatamento – O Brasil, incluindo estados como Mato Grosso, é elogiado por suas impressionantes reduções no desmatamento em anos recentes, mesmo com aumento da produção agrícola. No entanto, os stakeholders do *Katoomba Iguazu* sugeriram que um resultado negligenciado deste sucesso é o vazamento do desmatamento para outros países. Por exemplo, Alejandra Cámara (Bunge) destacou que 1,5 milhões de hectares da região do Gran Chaco, na Argentina, Paraguai e Bolívia, tem sido desmatados devido a (entre outras razões) expansão agrícola nos últimos 4 anos. Apenas em 2013, 500 mil hectares de florestas foram perdidos devido à conversão da terra. Metade de todo o desmatamento do Chaco está acontecendo no Paraguai (Cámara).

Agricultura – e especialmente pecuária de pastagem – tem alterado bastante a ecologia desta pradaria arborizada (veja Box 1 para uma descrição do Chaco). “O Chaco é uma área de bom potencial... Sua transformação em tão pouco tempo de uma savana relativamente intocada e paisagem arborizada para um semi-deserto desgastado, com áreas de cultivo insustentável, é um reflexo da ganância humana e falta de preocupação com a gestão sustentável dos recursos naturais, e não de uma fragilidade inerente ao Chaco”.⁷

⁷ Riveros, Fernando. “The Gran Chaco”. Um boletim da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Acessado em 22 de Abril, 2014. <http://www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/Bulletin/Granchaco.htm>

Esta dinâmica do Chaco destaca a necessidade de visões de sustentabilidade e desmatamento em termos de paisagem, multinacional, complementando as soluções locais.

Principais mercados – A demanda por carne bovina, soja e outras commodities está aumentando globalmente, mas de forma particularmente rápida em países como China e Índia, que tem grandes populações saindo da pobreza. Os stakeholders do *Katoomba Iguazu* destacaram a necessidade de identificar e efetivamente engajar estes principais mercados – incluindo governos e consumidores – que podem ter um enorme papel na busca pela sustentabilidade. Por exemplo, a China foi o segundo maior importador líquido de desmatamento incorporado entre 1990 – 2008 em óleo de palma, soja, carne bovina e couro.⁸

Parece haver vontade política na China para abordar as questões sociais e ambientais associadas com seus investimentos e comércio internacionais. Possíveis maneiras de engajar a demanda chinesa no discurso da sustentabilidade são: (a) indiretamente, através da solidificação de leis regionais que empresas chinesas são obrigadas a seguir, e (b) diretamente, através da adoção de parâmetros de financiamento sustentável (como os parâmetros usados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento) pelas principais instituições financeiras da China, tais como o Banco da Agricultura da China e outros. É encorajador ver o governo chinês recentemente iniciar uma implementação mais rigorosa de diversas políticas relevantes, incluindo sua Política de Crédito Verde, Guias para Proteção Ambientais em Cooperação e Investimento Internacional e políticas de contratos públicos verdes. Ainda, tem havido um intenso debate na China, recentemente, sobre o uso de OGMs e seus possíveis efeitos negativos sobre os humanos; isto poderia ser utilizado como ponto de partida para discutir mais amplamente o tema das commodities sustentáveis, incluindo agricultura orgânica e não-OGM. (Rose Niu, the Paulson Institute)

Próximos Passos no Caminho à Sustentabilidade

Para capitalizar sobre as três oportunidades descritas acima, as seguintes ações foram identificadas:

1. A Abordagem de Sistema de Desempenho Territorial – Para materializar esta abordagem, devemos atingir consenso sobre um arcabouço voltado à sustentabilidade, incluindo: definições claras sobre o que estamos tentando atingir (ex. baixo desmatamento? Desmatamento zero?), escopo e limites geográficos claros, um cronograma em etapas para atingir metas diversas, métricas/indicadores para mensurar sucessos, apropriação em nível regional, níveis de referência, maneiras de transacionar benefícios e iniciativas locais, regionais e nacionais alinhadas.

Incentivos devem estar alinhados entre os arcabouços regulatórios e financiamentos. Os incentivos que favorecem os produtores em comunidades de alta produção podem ser variados – tais como melhores financiamentos, apoio técnico aprimorado, menores barreiras burocráticas, menores impostos, etc. – e oferecidos em múltiplos estágios, de forma que os atores não precisem esperar por meses ou anos para serem recompensados por suas melhores práticas. Penalidades para o não cumprimento deveriam também ser incluídas (ex. o crédito agrícola deveria ser cortado se a produção não atingir determinados padrões).

Um sistema de monitoramento robusto e transparente para métricas/indicadores de sucesso devem estar ativos; por exemplo, dados oficiais sobre desmatamento, padrões de trabalho, produtividade/eficiência, qualidade do solo, carbono, água, etc. devem estar acessíveis a este sistema (e, preferencialmente, em nível global ou nacional, ao invés de regional).

Em finalmente, a abordagem de Sistema de Desempenho Territorial deveria ser implementada a partir do alinhamento com iniciativas que já estão funcionando em escala territorial – ex. o Estado do Pará através de seu “Programa Municípios Verdes”; Estados brasileiros como Acre e Mato Grosso que assumiram metas de desmatamento; etc.– e então (utilizando estas experiências tão ricas, sucessos e lições aprendidas) desenvolver intervenções com estas iniciativas existentes em várias regiões, considerando as realidades locais.

⁸ Comissão Européia, 2013. *The impact of EU consumption on deforestation: Comprehensive analysis of the impact of EU consumption on deforestation*. Estudo financiado por EC, DG ENV, e desenvolvido por VITO, IIASA, HIVA e IUCN NL.



2. Estruturas de Financiamento Integrado – Para ganhar escala nas cadeias sustentáveis de abastecimento, devemos olhar para novas ideias que recompensem pela sustentabilidade, tais como através do realinhamento de financiamento agrícola doméstico existente e encontrando novas áreas de interesse que se sobreponham entre setores, tais como REDD+ e agricultura. REDD+ pode ser uma maneira através da qual a comunidade internacional valore os bens públicos globais providos pelas florestas tropicais e, ao fazê-lo, possa alterar a lógica econômica fundamental, de forma que os governos possam também, confortavelmente, comprometer seus próprios recursos para investir em conservação e agricultura sustentável (da mesma forma que investem em infraestrutura de transporte ou desenvolvimento industrial, de forma mais ampla). Este compromisso, tanto da comunidade internacional quanto de governos de países com floresta, pode então, por sua vez, pressionar os fluxos financeiros existentes do setor privado e catalisar mais investimentos deste setor em uso sustentável do solo, inclusive para a agricultura, iniciando com aquelas jurisdições ou territórios que já tenham feito maiores progressos.

Os títulos têm sido propostos como instrumentos ideais para acessar os maiores “pools” de capital existentes no mundo (além dos limitados projetos bancários de financiamento ou classes de investimento em ativos alternativos), de forma a alcançar os trilhões de dólares em fluxos financeiros, necessários para energia de baixo carbono e produção sustentável de alimentos.⁹ O impressionante volume de títulos rotulados como “verde” aumentou dramaticamente para US\$ 15 trilhões em 2013.¹⁰

Um novo e promissor mecanismo que pode alavancar Pagamentos por Desempenho (PpD) de REDD+ para atrair capital adicional a um baixo custo para as jurisdições é através de um título de REDD+ (Rupert Edwards, Forest Trends).¹¹ Os países (ou jurisdições dentro destes países, apoiadas por seus governos nacionais) que

⁹ Em relação à proteção da floresta, ver, por exemplo: Cranford, M., Parker, C. e Trivedi, M. Understanding Forest Bonds. Global Canopy Programme, 2011. Oxford, UK. Acessado em 25 de fevereiro, 2014. <http://www.globalcanopy.org/materials/understanding-forest-bonds>.

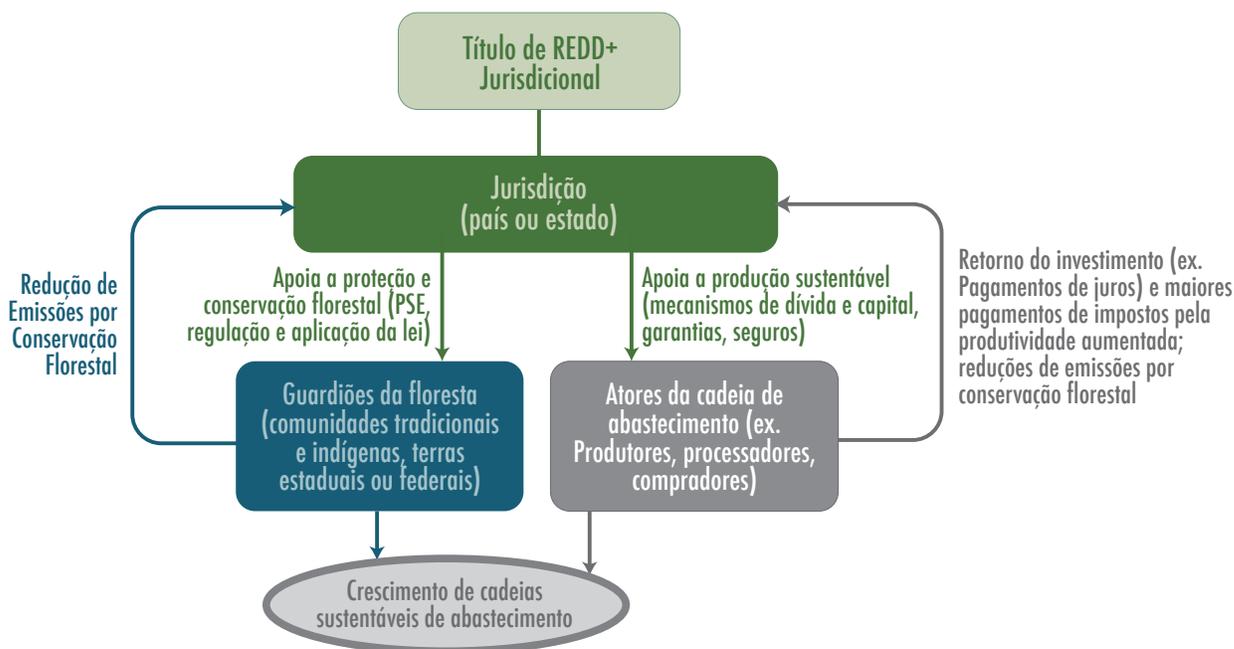
¹⁰ Iniciativa de Títulos Climáticos. 2012. Bonds and Climate Change: The State of the Market in 2012. Acessado em 25 de fevereiro, 2014. http://www.climatebonds.net/wp-content/uploads/2012/05/CB-HSBC_Final_30May12-Single.pdf.

¹¹ Edwards, Rupert, David Tepper and Sarah Lowery. Jurisdictional REDD+ Bonds: Leveraging Private Finance for Forest Protection, Development and Sustainable Agriculture Supply Chains. Iniciativa de Co-Financiamento Público e Privado do Forest Trends. Fevereiro, 2014.

estejam cumprindo os critérios de REDD+ e da Abordagem de Sistema de Desempenho Territorial podem contratar PpD de governos doadores, tais como a Noruega, Alemanha, Reino Unido e/ou Estados Unidos (ou, no futuro, do Fundo Verde do Clima, da ONU). A jurisdição também pode emitir títulos normais aos mercados de capitais com taxas de juros similares aos títulos federais (ex. governos de países de florestas tropicais, com grau de investimento, tiveram recentemente taxas de empréstimo de longo prazo, em dólares, em torno de 4-7% para angariar fundos para investirem em suas economias domésticas e em infraestrutura. Os PpD podem ser utilizados para compensar a maioria, ou todos, os custos de juros do título.

Esta estrutura: (1) Permite que fundos públicos sejam alavancados, permitindo assim às jurisdições acessarem os trilhões de dólares em fundos privados (fundos de capital soberano, de pensão, de impacto social); (2) Dá à jurisdição um custo de capital zero, ou até mesmo negativo; e (3) Fornece financiamento hoje para as atividades de conservação (incluindo a recompensa às comunidades indígenas e tradicionais por sua proteção aos ecossistemas), silvicultura sustentável e cadeias sustentáveis de abastecimento (incluindo através de investimentos necessários de dívida ou capital) (veja Figura 3).

Figura 3: Uso dos Rendimentos de um Título de REDD+ Jurisdicional (ilustrativo)



Para desenvolver mais ainda os mecanismos financeiros público-privados, devemos:

- Identificar maneiras inovadoras e tangíveis pelas quais os financiamentos atuais possam ser realinhados/reestruturados, de forma a permitir melhor acesso por parte dos produtores e apoiar as cadeias sustentáveis de abastecimento;
- Testar o interesse dos stakeholders em – e viabilidade de – tais mecanismos, através de discussões que aumentem o entendimento e o diálogo significativo entre os setores público e privado, de forma que os tomadores de decisão estejam equipados para implantar financiamentos através de uma arquitetura que reafirme aos “players” de capital antecipado que investir em atividades ambiciosas de REDD+, florestas e uso do solo irá ser recompensada; e
- Construir tal arquitetura financeira com engajamento crítico e contínuo dos stakeholders – desde ministérios governamentais de países florestais, produtores e outros atores da cadeia de abastecimento, governos doadores, instituições financeiras de desenvolvimento e investidores privados, em relação às suas prioridades e estruturas preferidas.

Estes passos devem aumentar a atratividade da arquitetura financeira a todas as partes e aumentar investimentos em/atraves destes novos mecanismos, para apoiar cadeias sustentáveis de abastecimento.

3. Uma Abordagem “de Baixo para Cima” para as Cadeias Globais Sustentáveis de Abastecimento – Devemos olhar além dos projetos e até mesmo das jurisdições para ver os impactos ambientais da produção através das eco regiões e encontrar soluções no nível de paisagem.

Para o **vazamento** identificado no Chaco, por exemplo, Guillermo Terol (Desenvolvimento Agrícola do Paraguai – DAP) sugeriu reunir o número pequeno de proprietários de terra que controlam a maioria das áreas convertidas do Chaco no Paraguai. As discussões teriam como foco os efeitos ambientais do desmatamento e agricultura, bem como soluções que os principais stakeholders identificariam e se comprometeriam a assumir. Isto poderia ter um impacto grande e relativamente imediato no desenvolvimento de soluções viáveis.

Para engajar os **principais mercados** na busca por cadeias sustentáveis de abastecimento, os participantes de um evento semelhante ao *Katoomba Iguazu*, na China, mantiveram o foco no potencial papel que o país tem em encorajar a sustentabilidade e redução do desmatamento nos principais países fornecedores, tais como Brasil (soja e carne bovina) e Argentina (soja). Um importante atributo de um evento deste tipo seria um espaço neutro, onde os stakeholders possam discutir abertamente as barreiras, oportunidades, sucessos e lições aprendidas.

Ideias Finais

Estamos claramente em um momento onde há uma janela de oportunidade para avançarmos nestas diversas ações inovadoras, em escala. Os participantes do *Katoomba Iguazu* concordaram que o timing do evento foi estratégico e que reuniões regulares (talvez anuais) ajudariam os participantes a se manterem conectados e a destacar os progressos em direção ao escalonamento das cadeias sustentáveis de abastecimento (tal como a Consulta à Stakeholders de Extração Madeireira Ilegal e Reunião de Atualização, sob as regras de



Chatham Rules, que ocorreu em sua 23ª edição). Por exemplo, discussões durante o evento revelaram uma real oportunidade de conectar iniciativas com objetivos semelhantes (ex. REDD+ e cadeias sustentáveis de abastecimento), de forma a encontrar sinergias e desenvolver mecanismos viáveis para recompensar melhor a produção e uso do solo de forma sustentável. Financiamento mais apropriado e acessível é um dos instrumentos para fazê-lo, bem como a abordagem de Sistema de Desempenho Territorial, que cria uma certificação de larga escala, jurisdicional, de commodities e provê uma plataforma, através da qual é possível oferecer tais mecanismos.

É também importante notar que Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos, tais como REDD+, serão necessários juntamente com os esforços das cadeias sustentáveis de abastecimento. Como disse Mauro Lúcio Costa (União dos Produtores de Paragominas): “Queremos que o mercado pague por boas práticas, legais, porém isto é responsabilidade do estado”. Os benefícios de conservar as florestas, recuperar ecossistemas e proteger a biodiversidade são bens públicos que devem ser valorados e compensados através de apoio dos nossos governos, um ponto enfatizado por Carlos Klink, Secretário Brasileiro de Meio Ambiente, em suas palavras finais no *Katoomba Iguazu*.

Ação integrada (incluindo política, financiamento e compromissos de larga escala das empresas) através da fronteira de florestas/ecossistemas e agricultura é um programa ambicioso, porém, o entusiasmo de todos os setores no *Katoomba Iguazu* nos indica que este é o momento certo para agir.



Apêndice – Organizações Participantes

Adecoagro (Brasil)

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Agrotools (Brasil)

Aliança da Terra (Brasil)

Asociación Cultural para el Desarrollo Integral (ACDI) (Argentina)

Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

Banco Continental (Paraguai)

Banco ING (Argentina)

Banco Interamericano de Desenvolvimento (Estados Unidos)

Banco Santander (Brasil)

Banco Sudameris (Paraguai)

Biofílica (Brasil)

Bunge

Cargill (Brasil)

CDP (Reino Unido)

Centro de Sustentabilidade e Meio Ambiente Global, Universidade de Wisconsin (Estados Unidos)

Climate and Land Use Alliance (Brasil)

Cocamar (Brasil)

Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, Acre (Brasil)

Conservação Internacional (Brasil)

Cooperação Internacional Alemã (GIZ – Paraguai)

Cooperativa Agropecuária Castrolanda (Brasil)

Desarrollo Agrícola del Paraguay (DAP)

Earth Innovation Institute (Brasil, Colômbia, Estados Unidos)

Ecología Consciencia y Desarrollo Sustentable (ECONDS) (Argentina)

Embaixada da Holanda (Brasil)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Environmental Defense Fund (Estados Unidos)

Forest Trends (United States)

Funbio (Brasil)

Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Brasil)

Fundação Gordon and Betty Moore (Estados Unidos)

Fundación Natura (Colômbia)

Fundo Vale (Brasil)
Geoplus Geotecnologia e Informática (Brasil)
Global Canopy Program (Reino Unido)
Global Environment Facility (GEF)
Global Forest Coalition (Paraguai)
Greenpeace Internacional
Grupo Katoomba (International)
Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB – Holanda)
Grupo Jiusan (Brasil)
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) (Brasil)
Grupo de Trabalho de Pecuária Sustentável (GTPS – Brasil)
Grupo Maggi (Brasil)
Imaflora (Brasil)
Imazon (Brasil)
Instituto de Meio Ambiente, Universidade de Minnesota (Estados Unidos)
Instituto Centro de Vida (ICV – Brasil)
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM – Brasil)
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM – Brasil)
Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS – Brasil)
Instituto LIFE (Brasil)
International Finance Corporation (Estados Unidos)
JBS (Brasil)
Ludovino Lopes Advogados (Brasil)
Marfrig Global Foods
McDonald's Corporation (Global)
Meridian Institute (Estados Unidos)
Mesa Redonda sobre Soja Responsável (RTRS – Argentina)
Ministério do Clima e Meio Ambiente (Noruega)
Ministério do Meio Ambiente (Brasil)
Ministério Público (Mato Grosso do Sul)
Monsanto (Brasil)
National Wildlife Federation (Estados Unidos)
Nestlé Global
Nexus Socioambiental (Brasil)

Núcleo de Economia Socioambiental (NESA) da Universidade de São Paulo (Brasil)
Paraguay Agricultural Corporation (PAYCO)
Paulson Institute (Estados Unidos)
Presidencia Comisión de Agricultura y Ganadería Honorable Cámara de Diputados (Argentina)
ProForest (Reino Unido)
Programa de Alimentos e Agribusiness, Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Programa Municípios Verdes, Pará (Brasil)
Rabobank (Brasil)
Rainforest Alliance (Argentina, Estados Unidos)
Safe Trace (Brasil)
Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas (Brasil)
Sindicato e Organizacao das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR – Brasil)
SNV Netherlands Development Organisation
Solidaridad Network (Paraguai)
Sustainable Trade Initiative (IDH – Holanda)
Syngenta (Argentina)
The Nature Conservancy (Brasil, Estados Unidos)
Universidade Federal de Viçosa (Brasil)
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
Universidade de Utrecht (Holanda)
Valente Volpe Representações Ltda. (Brasil)
Verified Carbon Standard (Estados Unidos)
Walmart (Brasil)
Wildlife Conservation Society (Colômbia)
World Resources Institute (Estados Unidos)
WWF-Brasil



Família de Iniciativas da Forest Trends

Ecosystem Marketplace

Uma plataforma global de informações transparentes sobre pagamentos e compensação sobre serviços ambientais e mercados relacionados

Water Initiative

Conservando bacias hidrográficas por meio de mercados e incentivos que complementem a gestão dos recursos hídricos

Forest Trade & Finance

Influenciando a adoção de critérios de sustentabilidade para investimentos financeiros e comerciais no mercado global para produtos florestais



Programa de Mitigação de Impactos na Biodiversidade



Construindo conexões e fortalecendo capacidades para que comunidades, organizações da sociedade civil, e governos possam se beneficiar dos mercados ambientais emergentes

Communities and Markets

Apoiando comunidades locais para tomar decisões informadas relativas à sua participação em mercados ambientais, fortalecendo seus direitos tradicionais



Direcionando financiamentos inovadores para promover a conservação dos serviços ambientais marinhos e costeiros

Public-Private Co-Finance Initiative

Criando financiamento inovador, integrado, e eficiente para apoiar a transição para uso da terra com baixas emissões e desmatamento zero

Conheça mais o nosso trabalho no site: www.forest-trends.org

Forest Trends

1203 19th Street, NW, 4th floor
Washington, DC 20036

www.forest-trends.org